

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

Aos 06 dias do mês de julho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da Ata n.º 36, relativa ao dia 29 de junho;*
3. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 383/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo o reforço e investimento no Hospital Santa Luzia de Elvas, do Projeto de Resolução n.º 404/XIII/1.ª (PCP) - Recomenda a requalificação e consolidação da prestação de cuidados de saúde no Hospital de Santa Luzia em Elvas e do Projeto de Resolução n.º 405/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo o reforço e a consolidação do Hospital de Santa Luzia, em Elvas;*
4. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 301/XIII/1.ª (PCP) - Pelo efetivo cumprimento do reconhecimento da fibromialgia e dos direitos dos doentes fibromiálgicos e do Projeto de Resolução n.º 407/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo que sejam implementadas medidas para proteger e apoiar as pessoas com fibromialgia;*
5. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 57/XIII/1.ª - Solicita que o dia 15 de outubro seja reconhecido como «Dia Nacional de sensibilização da perda gestacional» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela;*
6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 218/XIII/1.ª (BE) - Reforça a proteção aos docentes na doença;*
7. *Outros assuntos.*

10:30 Audição do ex-Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, requerida pelo BE, na sequência do «Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações formuladas no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas».

11:30 Audição do ex-Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Hélder Reis, requerida pelo BE, na sequência do «Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações formuladas no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas».



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

1. Informações

O Presidente deu conta de que a Petição n.º 129/XIII/1.ª, sobre a redução de açúcar nos alimentos, baixou à Comissão, cabendo ao PSD, que indicou para Relatora a Deputada Isaura Pedro.

2. Apreciação e votação da Ata n.º 36, relativa ao dia 29 de junho

A ata n.º 36, relativa ao dia 29 de junho, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 383/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo o reforço e investimento no Hospital Santa Luzia de Elvas, do Projeto de Resolução n.º 404/XIII/1.ª (PCP) - Recomenda a requalificação e consolidação da prestação de cuidados de saúde no Hospital de Santa Luzia em Elvas e do Projeto de Resolução n.º 405/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo o reforço e a consolidação do Hospital de Santa Luzia, em Elvas

A discussão dos Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 383, 404 e 405 foi feita em conjunto, dado versarem a mesma matéria, ocorrendo nos seguintes termos:

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR n.º 383, referindo que o Hospital Santa Luzia de Elvas integra a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, dispondo de urgência geral de nível básico, em funcionamento contínuo, serviço de observação e diversas consultas de especialidade. Em 2014 o Conselho de Administração deliberou *«no sentido de não permitir o acesso ao Hospital Santa Luzia de doentes dos concelhos do Alandroal, Borba, Campo Maior, Estremoz, Monforte e Vila Viçosa»*, e também foi posta em causa a realização de consultas de telemedicina, o que tem levado a população de Elvas a recear o enfraquecimento sucessivo do hospital e obrigado os utentes a terem de se deslocar cada vez mais a Portalegre, para acederem a cuidados de saúde diferenciados. A Unidade Local de Saúde preparou investimentos para melhorar os cuidados de saúde, esforço esse que deve ser acompanhado. Assim, o BE recomenda ao Governo que seja reforçado o serviço de urgência do Hospital Santa Luzia, que se mantenham e reforcem todas as valências médicas disponibilizadas, que sejam contratados os profissionais necessários, que os utentes dos concelhos limítrofes possam ali ser atendidos, que sejam realizadas obras



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

de beneficiação e que sejam asseguradas as condições para a internalização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

O Deputado João Ramos, apresentando o PJR n.º 404, invocou que a criação da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, em 2007, *«infelizmente, para as populações, serviu efetivamente para dar cobertura a um conjunto de medidas, tomadas por diferentes Governos, de encerramento de serviços ou reduções de horários»*, de que o Hospital Santa Luzia é exemplo. Este Hospital está numa *«situação de estrangulamento financeiro e redução de serviços e valências hospitalares»*. O PCP, na anterior legislatura, apresentou um PJR pela melhoria do Hospital de Santa Luzia, que foi rejeitado pelo PSD e CDS-PP, pelo que propõe agora, com vista a reforçar a capacidade de intervenção deste Hospital, que se proceda à reavaliação da classificação do Serviço de Urgência, que se garanta a sua articulação com os Hospitais de Portalegre e Évora, que se estabeleçam critérios que permitam melhorar a resposta dos serviços de saúde e dos cuidados prestados, que se proceda ao levantamento do quadro geral das intervenções de requalificação que são necessárias ao Hospital Santa Luzia e se definam os calendários da sua realização.

O Deputado Luís Testa apresentou o PJR n.º 405, dizendo que se pretende provocar o Governo com vista à resolução estrutural dos problemas do Hospital de Santa Luzia, que tem um papel determinante na prestação de cuidados de saúde na região. O Hospital Santa Luzia presta um conjunto alargado de serviços de saúde, relevantes pela sua situação geográfica, havendo capacidade instalada, pelo que é imperativo adequar os níveis de procura a essa capacidade. Há ainda que captar outros utentes, do outro lado da fronteira, elevando assim a prestação de serviços. O PS recomenda portanto que sejam consolidadas as valências médicas que este Hospital disponibiliza, que o serviço de urgência seja adequado às necessidades, que haja partilha de recursos com unidades de saúde de concelhos próximos e que sejam promovidas as ações necessárias para a prestação de cuidados a utentes da Extremadura Espanhola, que aguardam em lista de espera, por via de mecanismos de contratualização com a Junta Regional da Extremadura.

O Deputado Cristóvão Crespo salientou que acompanha as preocupações com o distrito de Portalegre, como todos os portalegrenses, incluindo o Presidente da Comissão. Considera que deve ser tida em conta, nesta problemática, a questão orçamental e o facto de haver trabalho feito que permite agora ao Ministro da Saúde ir



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

ao distrito inaugurar obras. Recorda que o PS quer chamar doentes de Espanha, mas é responsável pelo fecho da maternidade, que obrigou parturientes a terem os seus filhos em Espanha. Também considera necessária a internalização dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que a realidade não cola com a ideia que foi passada, de que houve desmantelamento e destruição de serviços, e que de facto o anterior Governo nunca considerou este Hospital como sendo de retaguarda ou menor, pois até foram reforçados serviços e feita a monitorização dos cuidados, tendo em conta a diretiva dos cuidados de saúde transfronteiriços. Não houve desinvestimento do anterior Governo no Hospital de Elvas e muitas medidas já tinham começado a ser implementadas. Pensa ser fundamental que se mantenham as especialidades médicas existentes e que sejam reforçados os meios humanos, estando o CDS-PP disponível para discutir as melhores soluções, havendo um conjunto de medidas que, na sequência do que foi feito pelo anterior Governo, deverão ser continuadas.

O Deputado Moisés Ferreira reiterou a preocupação com o Hospital de Santa Luzia, preocupação essa que não é recente, tendo o PJR em discussão sido apresentado na sequência das Jornadas Parlamentares do BE, que tiveram lugar no distrito em que este se situa.

O Deputado João Ramos recordou também as iniciativas sobre esta matéria já anteriormente apresentadas pelo PCP, ao contrário do PSD, que não apresentou qualquer iniciativa, pois deve achar que está tudo bem.

O Deputado Luís Testa saudou as iniciativas do BE e do PCP, sendo seu único desejo que a prestação de cuidados de saúde no distrito de Portalegre melhore e considerando que os problemas não são somente orçamentais. Pensa contudo que haverá um reforço no próximo ano.

O Deputado Cristóvão Crespo acrescentou ainda que, em seu entendimento, bastará comparar as contas de 2015 com as de 2016, para se retirarem conclusões.

O Presidente deu por encerrada a discussão destes PJRs, manifestando a sua satisfação, como portalegrense, pelo facto de este debate ter tido lugar, sendo que a respetiva informação será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 301/XIII/1.ª (PCP) - Pelo efetivo cumprimento do reconhecimento da fibromialgia e dos direitos dos doentes fibromiálgicos e do Projeto de Resolução n.º 407/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo que sejam implementadas medidas para proteger e apoiar as pessoas com fibromialgia

A discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 301/XIII (1.ª) e 407/XIII (1.ª) foi feita em conjunto, dado versarem sobre a mesma matéria, ocorrendo nos seguintes termos:

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR n.º 301/XIII (1.ª), salientando que «*a fibromialgia atinge cerca de 2% da população adulta ... que as mulheres são 5 a 9 vezes mais afetadas do que os homens*» e que se «*inicia entre os 20 e os 50 anos*». É uma doença complexa, reconhecida como «*uma afeção a considerar para efeitos de certificação de incapacidade temporária, a ser feita nos moldes habituais por atestado médico ou certificado médico emitido pelos serviços de Saúde*». Assim, recomenda que seja implementada uma tabela de incapacidades e funcionalidades sensível ao que decorre da fibromialgia, o acesso gratuito aos medicamentos indispensáveis, a prescrição pelo SNS de tratamentos de hidroterapia, que tem demonstrado ser eficaz no combate à doença, a criação das condições necessárias à aquisição dos produtos de apoio (ajudas técnicas), a obrigatoriedade da entidade patronal adequar o posto de trabalho e as funções a desempenhar para trabalhadores com esta doença, um procedimento que dê garantias especiais de proteção aos trabalhadores em caso de cessação do contrato e a antecipação da idade da reforma, sem penalizações, para os trabalhadores com deficiência ou doença crónica.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR n.º 407/XIII (1.ª), referindo que a fibromialgia é uma doença que origina uma incapacidade física e emocional, por vezes grave, que afeta 2% da população e que foi incluída na Classificação Internacional de Doenças pela Organização Mundial de Saúde em 1992. O seu diagnóstico é demorado e difícil, dadas as características. O BE apresentou na anterior legislatura um PJR que deu origem a uma Resolução publicada no Diário da República, mas o anterior Governo não a implementou, pelo que agora se vem recomendar a elaboração de uma norma de orientação clínica sobre a fibromialgia, a divulgação no SNS, e também junto da Autoridade para as Condições de Trabalho, dos serviços da Segurança Social e dos profissionais da medicina do trabalho, de informação sobre esta doença, que as entidades patronais adequem o posto de trabalho às



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

especificidades do trabalhador com fibromialgia e que seja assegurado o acesso destes doentes aos cuidados de saúde de que necessitam.

O Deputado Luís Vales lembrou que o PSD já tomou várias iniciativas sobre esta doença, que é grave e ainda desconhecida, até por alguns clínicos. Não compreende a referência, feita pelo BE, à Resolução que foi aprovada e não implementada pelo anterior Governo, pois aquela iniciativa foi aprovada em 20 de julho de 2015, tendo o Governo entrado em gestão dois meses depois, pelo que deveriam questionar o atual Governo sobre este assunto. O PSD mantém a sua posição de sempre, ficando na expectativa de saber qual a posição do PS.

O Deputado Luís Graça disse que o PS é sensível às dificuldades provocadas por esta doença, que é de difícil diagnóstico. A fibromialgia pode levar à incapacidade, é socialmente mal aceite e ainda estigmatizante. Concorda no essencial com os Projetos de Resolução, recordando que a Direção-Geral de Saúde reconhece a fibromialgia como doença e está a ultimar uma norma clínica, que terá ainda de ser validada pela Comissão Científica. Considera que este debate poderia ter esperado um pouco mais, até se conhecer a posição desta Comissão.

A Deputada Isabel Galriça Neto referiu que o CDS-PP, que subscreveu uma iniciativa com o PSD sobre este tema, sempre acompanhou e valorizou as preocupações com esta doença, relativamente à qual existe ainda preconceito, especialmente no que toca às mulheres. Há incorreções de diagnóstico que inquinam este debate e prejudicam quem realmente tem a doença e é importante haver uma articulação com a área laboral, por forma a conseguir que não sejam prejudicados os trabalhadores que dela sofram. Acompanha portanto as preocupações e medidas propostas.

A informação relativa à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 301/XIII (1.ª) e 407/XIII (1.ª), assim concluída, será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

5. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 57/XIII/1.ª - Solicita que o dia 15 de outubro seja reconhecido como «Dia Nacional de sensibilização da perda gestacional» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela

A Deputada Marisabel Moutela apresentou o Relatório da Petição n.º 57, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e enunciando as diligências efetuadas,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

designadamente o pedido de informação ao Ministério da Saúde, que manifestou na sua resposta ser favorável ao pedido, e a audição dos peticionários, que lhe referiram que as maternidades estão preparadas para os nascimentos, mas não para lidar com a questão dos nado-mortos. Informou que o jornal *Público* fez sobre este assunto uma reportagem, ontem mesmo publicada. Concluiu dizendo que o Relatório deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República, bem como aos peticionários, publicado no DAR, e agendada a Petição para plenário, tendo em conta o número de subscritores.

O Presidente felicitou a Deputada pelo seu Relatório, que trata de uma questão que pode tocar a todos. Saudaram igualmente a Relatora os Deputados: Fátima Ramos, que disse bem compreender a angústia e tristeza que podem ser provocadas pela perda gestacional; Isabel Galriça Neto, que sublinhou que a luta por melhores soluções ajuda a cumprir a função do Deputado e Carla Cruz, que manifestou a opinião de que o SNS deve dispor de meios humanos que possam ajudar estas famílias.

A Deputada Relatora agradeceu as palavras de todos os Deputados.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 218/XIII/1.ª (BE) - Reforça a proteção aos docentes na doença

A Deputada Luisa Salgueiro suscitou uma questão prévia relativamente à discussão deste PJR, que considera dever ser feita na Comissão de Educação, e não nesta sede, tendo em conta a matéria que está em causa.

Os Deputados Isabel Galriça Neto, Joana Mortágua, Ângela Guerra e Carla Cruz usaram da palavra para se pronunciarem sobre esta proposta, tendo havido consenso no sentido de que fosse solicitada ao PAR a reapreciação do despacho, fazendo baixar este PJR à Comissão de Educação e Ciência, por se prender com o Estatuto da Carreira Docente.

O Presidente informou que iria enviar ofício ao PAR pedindo a redistribuição desta iniciativa.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

10:30 Audição do ex-Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, requerida pelo BE, na sequência do «Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações formuladas no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas»

O Presidente saudou o ex-Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, e deu a palavra ao BE para apresentação do requerimento que solicita esta audição.

A Deputada Joana Mortágua salientou que as preocupações do seu Grupo Parlamentar são as do Tribunal de Contas, que refere expressamente no seu Relatório que a atuação dos dois ex-Secretários de Estado poderá ter prejudicado a sustentabilidade da ADSE. No sentido de poder ver esclarecidas diversas questões, perguntou, nomeadamente, porque é que o entendimento tido para a ADSE, a partir de 2010, não se aplicou às Regiões Autónomas (RA), porque se permitiu que se gerasse esta confusão, e porque é que depois da decisão de assumir a dívida em 2015, relativamente à Madeira, não se fez o mesmo para os Açores.

A Deputada Ângela Guerra considera que o que a ADSE fez foi pagar aos beneficiários os cuidados de saúde, e pensa que o entendimento a ter, defendido também pelo DG da ADSE, é o de que se os serviços são prestados pelos serviços regionais, a responsabilidade é da ADSE. Perguntou que parecer esteve na base da decisão que tomou, se a informação prestada pelos serviços era a de que a dívida existia e seria certa e exigível e se considera que haja alguma ilegalidade.

O Deputado Luís Soares manifestou a opinião de que o que resultou da audição do DG da ADSE é haver um entendimento jurídico diferente entre esta DG e o Tribunal de Contas. Questionou o ex-Secretário de Estado sobre se houve ilicitude, se a retenção de descontos era ilegal e se do ponto de vista material pensa que se deveria ter atuado assim e porque não foram seguidas as recomendações do Tribunal de Contas.

A Deputada Isabel Galriça Neto, no sentido de ver aclarados alguns pontos, perguntou qual é o seu entendimento sobre o que se passou, como vê hoje a ADSE e se pensa que deve ser reestruturada, se está em risco a sua sustentabilidade e se esta deve ou não financiar cuidados de saúde prestados pelas entidades regionais.

A Deputada Carla Cruz chamou a atenção para o facto de esta matéria ser especialmente relevante para os trabalhadores/beneficiários. Pediu esclarecimentos sobre algumas das conclusões da auditoria do Tribunal de Contas (TC), designadamente a referência à apropriação, pelo Governo da República, dos



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

descontos e ao aumento da contribuição, que gerou excedentes, que foram utilizados para mascarar as contas públicas. Perguntou ainda porque não foi feito memorando para os Açores, se a situação era igual à da Madeira.

O ex-Secretário de Estado agradeceu a oportunidade para os esclarecimentos, dizendo que não foi entendido na altura haver uma divergência e que a relação entre os serviços de saúde tem sido sempre difícil, é um problema antigo. Considera que a Madeira e os Açores têm uma complexidade diversa e que as realidades financeiras entre serviços do Estado têm de ser resolvidas. Havia evidência de que a dívida existia e, embora considere sempre úteis os Relatórios do TC, tem de discordar deste quando fala em apropriação dos excedentes pelo Governo, porque não é tecnicamente correto. A informação técnica da ADSE era a de que o saldo suportava a operação, e esta parecia virtuosa e resolver o problema. Sente que o Relatório não foi justo para com o que aconteceu, sendo uma impossibilidade técnica «*mascarar as contas*» com a utilização dos excedentes.

Os Deputados Ângela Guerra, António Sales, Joana Mortágua, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz pediram esclarecimentos adicionais, que foram prestados pelo ex-Secretário de Estado.

O Presidente agradeceu ao ex-Secretário de Estado a disponibilidade, bem como as informações dadas e os esclarecimentos prestados.

11:30 Audição do ex-Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Hélder Reis, requerida pelo BE, na sequência do «Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações formuladas no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas»

O Presidente saudou o ex-Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Hélder Reis, dando a palavra à Deputada Joana Mortágua para apresentar as razões que estão na base deste pedido de audição feito pelo BE.

A Deputada referiu que o ex-Secretário de Estado é visado no Relatório do Tribunal de Contas, que dá conta de que a sua atuação poderá ter prejudicado a sustentabilidade da ADSE, pelo que o BE entendeu que poderia ser esclarecedor proceder a estas audições.

A Deputada Ângela Guerra perguntou se a atuação do ex-Secretário de Estado teve por base uma informação técnica dos serviços e se esta era a de que existia uma



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

dívida certa e exigível, se entendia haver uma dívida à Região Autónoma da Madeira, se existia saldo de contribuições da entidade patronal e se há fundamento para considerar ter sido praticada alguma ilegalidade.

O Deputado António Sales perguntou se terá dado alguma indicação ao DG da ADSE e se cruzou informação com o ex-Secretário de Estado da Saúde, que valor jurídico considera ter a auditoria do Tribunal de Contas e se se procedeu apenas a um acerto das contas.

A Deputada Isabel Galriça Neto quis saber se a decisão foi ou não devidamente informada e fundamentada, se entende ter havido algum tipo de ilegalidade, se sendo a dívida conhecida não tinha mesmo de ser paga pelo governante que estava em funções e qual pensa ser o futuro da ADSE, quanto à sua acessibilidade e sustentabilidade.

A Deputada Carla Cruz recordou que o PCP apresentou, aquando do último orçamento, propostas para diminuir as contribuições dos beneficiários, que o PSD não aceitou, pedindo alguns esclarecimentos sobre as conclusões 2, 3 e 4 do Relatório, que se prendem com a apropriação de excedentes da ADSE para financiamento do Serviço Regional de Saúde da RA da Madeira, com a retenção ilegal de descontos dos quotizados e com o aumento de 3,5% que gerou excedentes, utilizados para mascarar as contas públicas.

O ex-Secretário de Estado respondeu às perguntas formuladas, enfatizando que a decisão tomada foi já bem explicada pelo DG da ADSE e pelo ex-Secretário de Estado da Saúde e que nunca deu nenhuma instrução sobre esta questão nem as recebeu. Considera que todos se basearam nas informações que existiam e que tudo se processou naturalmente. O aumento da taxa para 3,5% resultou da necessidade de compensar com receitas as medidas tomadas na sequência da decisão do Tribunal Constitucional, que criou um «buraco». Houve sempre compensação, que diminuía, à medida que iam subindo as contribuições dos beneficiários (a esse propósito citou o Relatório da UTAO, de janeiro de 2014). Não concorda nem considera adequado que se fale em mascarar as contas, pois houve transparência completa, e nem este, nem o Governo anterior o fizeram. Quanto ao futuro da ADSE pensa que o atual Governo está a trabalhar nessa matéria, havendo que aguardar, sendo necessário que a ADSE seja sustentável, pois é uma mais-valia. A dívida existia, foi reconhecida e tinha de ser saldada, não tendo na altura ponderado qualquer custo pessoal, pois tem a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

consciência tranquila, tendo atuado de livre vontade, tomando a decisão que lhe pareceu razoável e sensata, que ninguém lhe pediu que tomasse e que não pediu a ninguém para tomar.

Foram ainda pedidos alguns esclarecimentos adicionais pelos Deputados Ângela Guerra, Luís Soares, Joana Mortágua, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pelo ex-Secretário de Estado.

O Presidente agradeceu ao Dr. Hélder Reis a sua disponibilidade e as informações prestadas, dando por encerrada a reunião às 13:50 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação áudio/vídeo das audições ser acedida nos seguintes *links*:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1206&title=audicao-do-ex-secretario-de-estado-da-saude-manuel-teixeira>

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1205&title=audicao-do-ex-sec-estado-adjunto-e-do-orcamento>

Palácio de São Bento, 07 julho 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Teresa Caeiro
Cristóvão Crespo
João Ramos
Laura Monteiro Magalhães
Luís Moreira Testa
Sara Madruga da Costa

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Santos
Ricardo Baptista Leite